

Terça-feira

Teresina, 18 de agosto de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

Em Tempo

Da equipe

emtempodp@hotmail.com



Foto: Divulgação

Eficiência

O auditor Jaylson Campelo (*foto*), do TCE/PI, reconhece que a fiscalização nos municípios avançou bastante. Mas ainda é preciso muita coisa para garantir eficiência verdadeira à gestão pública. Os prefeitos devem melhorar a técnica na construção de obras. Sobretudo no que diz respeito a engenharia.

Wellington diz que Estado não pode pagar

O governador Wellington Dias (PT) disse ontem, em solenidade no Palácio de Karamak, que o Estado não tem condições de cumprir as exigências da empresa. "Não é segredo para ninguém que recebemos o governo com dívidas da administração passada. Essa situação de atraso vem desde o ano pas-

sado. Não temos condições de pagar a dívida de uma única vez. Estamos pagando de forma parcelada", explicou o governador.

As dívidas com relação aos serviços prestados pela empresa em 2015 ultrapassam o valor de R\$ 5 milhões. Existem ainda débitos no valor de R\$ 6,271 milhões do período

de 2013 a 2015. De acordo com Wellington, foi feito um acordo intermediado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) para o pagamento de forma parcelada.

No caso da Prefeitura de Teresina, a juíza Basílica Alves, da 4ª Vara do Trabalho, autorizou o depósito em juízo do pa-

gamento dos valores atrasados aos servidores terceirizados da Serv-San. A Prefeitura de Teresina apresentou proposta para depositar em juízo o montante já empenhado de R\$ 2.994.034,02, dividido em duas parcelas, conforme informou o subprocurador-geral do Município, Ricardo Almeida. (LC)

Lei**TCE fiscaliza participação de pequenas empresas em licitações**

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) está fiscalizando se os poderes públicos estadual e municipal estão cumprindo a Lei Complementar 147/2014, que amplia o direito das micro e pequenas empresas nos processos licitatórios na administração pública.

O poder público passou a ser obrigado a convidá-las a participar de licitações devido à sua importância para a economia: as micro e pequenas empresas são responsáveis por 95% dos negócios formalmente estabelecidos no país, gerando 27% do PIB nacional e o maior número de empregos com carteira assinada.

No Piauí, estão cadastrados mais de 80 mil microempresas, microempreendedores individuais

e empresas de pequeno porte. “Em 2007, o país despertou para a importância dos pequenos negócios na economia. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa foi um passo importante no sentido de valorização desses empreendimentos. Precisamos fazer valer essa legislação, principalmente no que se refere às compras governamentais, que prevê tratamento diferenciado para os pequenos negócios nas licitações de até R\$ 80 mil”, afirma o diretor superintendente do Sebrae no Piauí, Mário Lacerda.

Entre as principais implementações da Lei estão a que a administração pública deve realizar licitações exclusivas para as MPE's nas contratações no valor de até R\$ 80 mil e que os órgãos

poderão exigir a subcontratação de micro e pequenas empresas por grandes empresas. Outra medida a ser seguida pela administração são as cotas de produtos exclusivos, somente para pequenos negócios.

No primeiro semestre, a equipe de fiscalização do TCE-PI foi capacitada no intuito de conhecer e cobrar a aplicação da lei. O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

(Robert Pedrosa)



Diálogo sobre ações - 18/08/2015 às 08h01

MP e TCE se reúnem para tratar de ações de combate à corrupção no PI

Curtir 0

Tweet 0

+1 0

Compartilhar



6 lições para o sucesso
Jorge Paulo Lemann



Em visita ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), o Procurador Geral de Justiça, Cleandro Moura, estreitou diálogos para aprofundar a parceria existente hoje entre as duas instituições na área de cooperação técnica no combate a corrupção.

Cleandro Moura manifestou o interesse na realização de treinamento para os técnicos e promotores do MP nas áreas de improbidade administrativa e licitação. Um outro acordo é a ponte entre o trabalho desenvolvido pelo TCE e pelo MP no combate à corrupção e ao desvio do dinheiro público.

O conselheiro Luciano Nunes, presidente do TCE, destacou a importância da sintonia existente hoje entre os dois órgãos para a obtenção de um resultado mais efetivo na fiscalização e controle das contas públicas e combate a corrupção.

Publicado Por: Jhone Sousa

MP cobra dinheiro do presídio - 18/08/2015 às 07h56

TCE-PI vai julgar contas de Henrique Rebêlo na Secretaria de Justiça

Curtir 0

Tweet 0

+1 0

Compartilhar

Na próxima quinta-feira(20), o Tribunal de Contas do Estado julga a prestação de contas da Secretaria Estadual de Justiça do Piauí referentes ao ano de 2012.

O responsável é o ex-secretário de Justiça, Henrique Rebêlo, atual secretário de Assistência Social.

Em março deste ano, o Ministério Público protocolou uma Ação Por Improbidade Administrativa contra Henrique Rebêlo por causa de atrasos nas obras da Casa de Custódia. A promotora Leida Diniz cobra a responsabilização do secretário. **LEIA**

Publicado Por: Aquiles Nairó